

# Islamofobia e propaganda sionista: uma análise do material educativo da StandWithUs Brasil

Flávia Odenheimer 

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

flaviaots@gmail.com

**DOI** <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe223236>

**resumo** A educação e a propaganda sionista são essenciais para sustentar o projeto de construção de um Estado étnico judaico na Palestina. A ocupação, o bloqueio, a limpeza étnica e toda violência perpetrada por Israel são justificados pela caracterização do povo palestino como violento, ingovernável, terrorista e único responsável pela falta de paz no território. Este discurso é construído sobre uma narrativa islamofóbica e orientalista que opõe o Ocidente “civilizado” ao Oriente “bárbaro”. Este artigo é uma reflexão sobre a islamofobia presente no material educativo da organização sionista StandWithUs Brasil, sobre como o povo palestino é retratado nele e o seu impacto na construção da identidade judaico-sionista.

**palavras-chave** Islamofobia; orientalismo; sionismo; identidade judaica.

**Islamophobia and Zionist propaganda: an analysis of the educational booklets published by StandWithUs Brazil**

**abstract** Zionist education and propaganda are essential to sustain the project of an ethnic Jewish State in Palestine. The occupation, blockade, ethnic cleansing and all violence perpetrated by Israel are justified by the characterization of the Palestinian people as violent, ungovernable, terrorist and solely responsible for the lack of peace in the territory. This discourse is built on an Islamophobic and Orientalist narrative that opposes the “civilized” West to the “barbaric” East. This article analyzes the Islamophobia present in the educational booklets of the Zionist organization StandWithUs Brazil, how the Palestinian people are portrayed in it and its impact on the construction of the Jewish-Zionist identity.

**keywords** Islamophobia; Orientalism; Zionism; Jewish identity

## Introdução

Um povo nativo desenvolveu uma civilização próspera e uma cultura pulsante em sua terra natal.

Com o passar do tempo, foram conquistados por uma série de impérios estrangeiros agressivos. Embora alguns tenham ficado em suas cidades e comunidades, A maioria se espalhou pela Europa e pelo Oriente Médio.

Apesar de terem prosperado em certas épocas, viveram como uma minoria oprimida durante 1900 anos, sofrendo perseguições, expulsões e, por fim, genocídio.

Mal conseguiram sobreviver, mas nunca perderam a esperança. Eles persistiram. Começaram um movimento de libertação, voltaram a sua terra natal para se reunirem àqueles que já estavam lá e construíram uma das nações mais inspiradoras do mundo.

Essa nação se chama Israel, e esta é a história do povo judeu em sua terra natal (StandWithUs, 2018b: 3)



e223236

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe223236>

O texto que abre este artigo foi retirado de um folheto intitulado “Linha do tempo de Israel: celebrando mais de 3000 anos”, disponível no site da organização sionista StandWithUs<sup>1</sup> (StandWithUs, 2018b). Segundo a sua própria página na internet, a StandWithUs é “uma instituição educacional sobre Israel sem fins lucrativos” que busca “ensinar pessoas de todas as idades sobre Israel e a combater o extremismo e o antissemitismo” (StandWithUs).

O trecho que abre este artigo traz uma narrativa que se repete no discurso sionista: o suposto direito do povo judeu à terra de Israel e a barbaridade do povo palestino justificando o projeto colonial de construção de um Estado judeu na Palestina. O discurso da StandWithUs é, segundo a própria organização, voltado para “promover a paz na região”. No entanto, analisando seu material educativo, disponível no *website*, percebe-se que ele traz um discurso que desumaniza o povo palestino, ao mesmo tempo que desresponsabiliza Israel de suas violências, justificáveis como uma forma legítima de auto defesa. Um discurso que, longe de promover a paz, serve para justificar o *apartheid* e o genocídio do povo palestino.

Este artigo é uma reflexão a respeito da islamofobia presente nestes folhetos, sobre a forma como o “Oriente” e o “povo palestino” são neles retratados e qual é o impacto desta narrativa nas identidades judaica e sionista. Para isso, foram analisados os dezenove folhetos em português disponíveis no site da organização - que também estão disponíveis fisicamente em locais ligados à comunidade judaica, tais como o Clube Hebraica<sup>2</sup>.

## Islamofobia

Segundo Beydoun (apud Vilchis, 2023: 2), islamofobia é a presunção de que o Islam é inerentemente violento, estrangeiro e inassimilável, motivada pela crença de que as expressões da identidade muçulmana se correlacionam com uma propensão para o terrorismo. A islamofobia está intimamente relacionada com o Orientalismo, um “estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”” (Said, 2007: 14) baseado em estereótipos e distorções dos princípios muçulmanos. Ela se manifesta como “medo, ódio, hostilidade e ansiedade social, todos irracionais” (McGeoch, 2019: 7), e é um “estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.” (Said, 2007: 29)

Para Ibrahim Kalin, a islamofobia é uma espécie de “racismo cultural” e é indissociável do ódio étnico contra outras minorias (Kalin apud Cruz, 2020: 357). Se a “raça” é uma ficção criada quando certas heranças étnicas ou práticas culturais estão associadas a vantagens ou desvantagens sociais, é difícil ver a identidade religiosa como ontologicamente distinta da “raça”, e, assim, a racialização é cada vez mais utilizada para explicar a islamofobia como uma forma de racismo (Garner e Selod apud Massoumi; Mills; Miller, 2017: 20).

O cerne da islamofobia é a antagonização das culturas “ocidentais” e “orientais”,

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.standwithus.com/about>. Último acesso em 21/06/2024 às 19h20.

<sup>2</sup> Clube voltado à comunidade judaica de classe média alta e alta da cidade de São Paulo que oferece atividades culturais, educacionais, esportivas e religiosas.

atribuindo à primeira valores de “civilidade” e à segunda valores indesejáveis, como a propensão à violência e a barbaridade, que acabam por converter o Islam e os muçulmanos em uma ameaça. Este “medo cultural”, para além de um sentimento individual, tem intrínseca a si uma força social que mobiliza coletividades e gera ações políticas (Ramos, 2015: 12).

A desumanização e animalização dos muçulmanos abre o precedente para violências como forma de “controlá-los”. A representação do Islam na mídia ocidental reduz a características específicas e foca na violência praticada por grupos minoritários, generalizando tais atos para todos os muçulmanos (Macedo; Barbosa, 2021: 155). A simplificação e a generalização sobre todos os povos que não se encaixam nos moldes do “Ocidental” constroem discursos carregados de intenção política, dentro dos quais Europa e América do Norte são colocadas como libertadoras e suas invasões são justificadas sob o pretexto de trazer “democracia”.

Há também uma concepção de que esta religião é inferior à civilização ocidental e é “bárbara”, “retrógrada” e “irracional” (Green apud Macedo; Barbosa, 2021: 155). Uma característica central da islamofobia é a visão do Islam como um “inimigo a ser combatido”, entrelaçando a religião com a violência e o terrorismo e pintando um cenário de que os muçulmanos querem impor sua religião a todos (Green apud Macedo; Barbosa, 2021: 155).

A islamofobia, assim como a misoginia, o racismo e a lgbtfobia, tornou-se normalizada nas culturas ocidentais, e os meios de comunicação de massa e os discursos políticos reproduzem esta estrutura, de tal forma que suas caracterizações não necessitam de fundamentação nem são susceptíveis de serem contestadas (Gottschalk; Greenberg, 2017: 42). Gottschalk e Greenberg, ao analisarem os cartoons políticos nos Estados Unidos, afirmam que “ao distinguir entre caricaturas e estereótipos (...), pode-se compreender melhor o papel negativo e involuntário que os muçulmanos desempenham na definição da norma americana”. (Gottschalk; Greenberg, 2017: 42)

As percepções negativas do Islam são construídas a partir da ideia de múltiplos confrontos entre o “mundo muçulmano” e o “europeu”, desde as cruzadas ao colonialismo. No entanto, a islamofobia é um discurso e uma prática anti-islâmica moderna e secular que surge na esfera pública com a integração das comunidades de imigrantes muçulmanos e que se intensifica após o 11 de setembro (Gottschalk; Greenberg 2017: 18). Nasar Meer e Tariq Modood (apud McGeoch, 2019: 7) apontam que a política de segurança e o contraterrorismo, especialmente depois dos eventos de 11 de setembro, foram a base da construção da islamofobia no mundo ocidental.

Em novembro de 2023, foi lançado o segundo relatório sobre Islamofobia no Brasil. O relatório foi feito depois dos ataques de 7 de outubro e aponta que este evento foi um “gatilho intenso para a comunidade muçulmana no Brasil”. O questionário aplicado se iniciava com o seguinte texto:

A partir do dia 07 de Outubro de 2023, a população palestina passou a sofrer os ataques de Israel em retaliação aos ataques do grupo Hamas. Um conflito localizado no Oriente Médio passou a ter reflexos na vivência de muçulmanos e muçulmanas ao redor do mundo, inclusive no

Brasil. Esta pesquisa objetiva apreender os impactos do conflito na percepção de praticantes do Islam no Brasil acerca do preconceito e intolerância que possam vivenciar (Barbosa; Souza; Silva, 2023: 3).

A pesquisa mostra que, assim como o 11 de setembro de 2001, os ataques do Hamas tiveram grande impacto no aumento do preconceito e discriminação de pessoas muçulmanas especificamente no recorte brasileiro. Segundo o relatório, há a “normalização de uma “culpa por procuração”: quando há algum evento envolvendo comunidades muçulmanas de fora do país, imediatamente há a identificação dessa comunidade com o evento” (Barbosa; Souza; Silva, 2023: 11).

Quando questionadas sobre a contribuição da cobertura midiática acerca dos eventos de 7 de outubro para a intolerância contra muçulmanos e muçulmanas, aproximadamente 90% das pessoas participantes no estudo responderam “Sim, muito.” Isto evidencia o impacto que a narrativa que circula nos meios de comunicação e nos meios digitais influencia a forma como o público em geral vê as pessoas muçulmanas. O relatório aponta que há “poucas iniciativas no sentido de orientar os órgãos midiáticos para lidar com essas temáticas sem insinuarem representações negativas sobre toda uma população que não tem relação alguma com o assunto.” (Barbosa; Souza; Silva, 2023: 9)

### **Islamofobia e o povo palestino**

O povo palestino foi considerado uma raça muito antes do 11 de Setembro, muito antes de a academia começar a discutir sobre a islamofobia. Os palestinos, sejam muçulmanos ou cristãos, foram racializados e desumanizados para justificar a sua limpeza étnica em prol da construção de um estado judeu na Palestina, e continuam a ser desumanizados pela narrativa orientalista e islamofóbica que os retrata como potenciais terroristas (Vilchis, 2023: 5). A racialização e o *apartheid* contra os povos colonizados têm sido historicamente a base do domínio colonial e imperial, e foram e continuam a ser políticas centrais para Israel (Abdo, 2022: 968).

Segundo Abdo (2022: 984),

Os processos sionistas de eliminação e apagamento dos palestinos, especialmente durante a Nakba<sup>3</sup>, juntamente com a sua contínua difamação e racialização (ou seja, a invenção dos palestinos como uma raça inferior aos brancos europeus), contribuíram largamente para o seu silenciamento e racialização pelo Ocidente colonial.

(...) Perceber os palestinos como uma “raça”, como argumentam Wolfe (2016) e Lentin (2018), entre outros, permite o seu apagamento ou eliminação (...) [e] o resultado é o silenciamento e a invisibilidade dos palestinos e o desaparecimento da Palestina. (tradução nossa).

---

<sup>3</sup> *Nakba*, ou “catástrofe”, foi o processo violento de ocupação da Palestina a partir de 1947 executado por meio de massacres e êxodos em massa.

A “guerra ao terrorismo”, levada a cabo pelos EUA após o 11 de setembro, estimulou o crescimento da islamofobia e permitiu o crescimento oportunista de Israel como a linha de frente desta guerra. Nesse contexto, Israel se coloca como defensor da herança ‘judaico-cristã’<sup>4</sup> em um choque de civilizações com o ‘Islam radical’ no Oriente Médio (Aked, 2015: 5), alinhando-se aos EUA e países ocidentais europeus.

O sionismo<sup>5</sup> é intrinsecamente islamofóbico. Não é possível ignorar o fato de que as suas vertentes políticas envolvem processos de racialização e, em certa medida, defendem uma hierarquia racial, além de ter se desenvolvido em estreita associação e identificação com o colonialismo e a expansão imperialista (Aked, 2015: 3).

Em vez de ver o movimento nacional palestino como enraizado numa luta contra a ocupação militar, tem sido mais conveniente pensar que os árabes são inerentemente fanáticos: o problema é a “cultura muçulmana”, e não a política israelense. Com a “Guerra ao Terror”, essa retórica foi aplicada aos muçulmanos como um todo, e a religião é vista como propensa à violência (Massoumi; Mills; Miller, 2017: 50). Esse discurso serve à campanha militar e ideológica norte-americana.

Independentemente de serem muçulmanos ou cristãos, aqueles palestinos que não eram judeus simplesmente não cabiam dentro de um projeto sionista. A redução da sua identidade como “comunidades não-judaicas” estabeleceu as bases da sua desapropriação. A narrativa orientalista cruza-se com uma narrativa islamofóbica enquanto medo de qualquer coisa que pareça ou possa ser percebida como muçulmana. Os palestinos são vistos como essa ameaça apenas por serem o que não são: não são judeus (Vilchis, 2023: 3).

Outro impacto do Orientalismo e do tratamento midiático é a confusão entre muçulmanos, árabes e palestinos. No II Relatório de Islamofobia no Brasil, mais de 85% dos muçulmanos e muçulmanas entrevistados avaliaram que esta confusão é muito comum na nossa sociedade. O relatório aponta que, assim, se “compreende que todos no Oriente Médio seriam muçulmanos, por exemplo. Assim, a nacionalidade (palestina) é confundida com o pertencimento religioso (muçulmano) e com a etnia (árabe), numa confusão que praticamente nada explicita sobre a realidade factual.” (Barbosa; Souza; Silva, 2023: 12)

O vocabulário usado ao se referir à luta palestina inclui “terrorismo”, “extremismo” e “radicalização”, o mesmo usado para retratar o Islam. É essa narrativa do árabe como inimigo que justifica o apartheid, a ocupação, o bloqueio e a colonização do território palestino. E ela é a base do discurso do material educativo da organização sionista Stand With Us, que será analisado em seguida.

## A StandWithUs

A organização StandWithUs foi fundada em 2001 e atualmente está presente em sete países. Seu objetivo central é defender Israel e disseminar a narrativa sionista. Ela se

---

<sup>4</sup> Normalmente, o termo "judaico-cristão" carrega uma conotação antisemita, ao apagar a tradição judaica, absolutamente distinta da cristã, e incorporá-la à cultura hegemônica, além de ignorar a existência de múltiplas judaidades para além da tradição ashkenazi. Neste caso, a opção pelo termo "judaico-cristã" vem da oposição orientalista do "Oriente" com tradições consideradas "civilizadas", especialmente no contexto palestino.

<sup>5</sup> Entendemos Sionismo como movimento político de criação de um Estado étnico judeu na Palestina.

declara não partidária e busca, segundo seu website, “combater o anti-semitismo, educar o público sobre Israel, capacitar outros para educar as suas comunidades e tornar possível ter conversas razoáveis e informadas sobre a história, políticas e ajuda humanitária de Israel nos campi e nas comunidades em todo o mundo” (StandWithUs).

Com a missão de criar uma rede global de ativistas e educadores pró-Israel e supostamente combater o antissemitismo, a organização produz e distribui materiais, promove eventos, programas educacionais, palestras e conferências e provém estágios e bolsas de estudo para jovens nos países em que atua. Seus esforços focam na mobilização de estudantes de escolas de Ensino Fundamental e Médio e de estudantes universitários, além do trabalho de produção de conteúdos em redes sociais. A atuação é dividida em 15 departamentos, que incluem ações em sinagogas, instituições de ensino, centros de educação sobre o holocausto e mídias digitais. Segundo seu folheto de divulgação, estes “departamentos trazem impacto ao redor do mundo ao criar uma rede global de informação, orgulho e paixão para a próxima geração de sionistas.” (StandWithUs)

A StandWithUs tem um alcance global de larga escala. Segundo seus próprios dados<sup>6</sup>, é a organização judaica de educação sobre Israel com mais seguidores em redes sociais do mundo. Além disso, é a maior produtora de materiais e folhetos sobre Israel, folhetos estes que são distribuídos em universidades, sinagogas, escolas e espaços comunitários e traduzidos para diversos idiomas.

Um dos focos da organização é combater a campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanção (BDS), movimento palestino de resistência não violenta que busca utilizar o impacto econômico e político do rompimento de transações e acordos comerciais em busca de liberdade, justiça e igualdade (BDS Movement). Este combate é realizado principalmente dentro de espaços acadêmicos. A organização mobiliza por ano mais de 150 mil estudantes universitários em mais de 250 campi em diversos países. Já com estudantes do Ensino Médio, a organização realiza mais de mil programas educacionais por ano.

A StandWithUs Brasil é próxima da Confederação Israelita do Brasil (CONIB), instituição sionista que reivindica a representação da comunidade judaica brasileira. Em março de 2024, a convite da CONIB, diversas organizações sionistas, incluindo a StandWithUs, se mobilizaram para que o Estado de São Paulo adotasse a definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Recordação do Holocausto (IHRA). Tal definição facilita que críticas e ataques ao Estado genocida de Israel sejam enquadradas como antissemitismo e, dessa forma, silenciadas.

A receita da StandWithUs é altíssima. Só em 2022, ultrapassou 24 milhões de dólares, que foram gastos com programas educacionais (90,5%), despesas administrativas (3,6%) e arrecadação de fundos (5,9%) (StandWithUs). Com um investimento desta magnitude, é possível compreender o alcance dos materiais e projetos da organização.

## Os folhetos da StandWithUs

Graças a doações de Evelyn e Dr. Shmuel Katz, sionistas com muito capital, a StandWithUs tem conseguido produzir e distribuir seus materiais impressos há mais de

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.standwithus.com/about>. Último acesso em 21/06/2024 às 19h20.

uma década. Segundo a organização, o casal não apenas patrocina os materiais, mas também foram fundamentais na abertura do escritório da StandWithUs em Israel e, em 2014, co-patrocinaram a construção de um centro educacional. Apontam que “Devido a esse apoio visionário na criação do Centro Educacional Evelyn e Dr. Shmuel Katz, o StandWithUs é capaz de alcançar um grande número de pessoas de todas as origens por meio de programação presencial e virtual” (StandWithUs Donors, tradução nossa).

No *website* da organização, há folhetos traduzidos para 13 idiomas, incluindo árabe, hindi, chinês e coreano. Os materiais são divididos em cinco categorias, nomeadas: “entendendo o presente”, “entendendo o passado”, “combatendo o antisemitismo”, “confrontando o viés anti-Israel” e “ferramentas de ativismo”. Em inglês, há 69 folhetos disponíveis no website, dezenove dos quais foram traduzidos para o português. Além da versão digital, é possível encontrar em São Paulo estes folhetos em espaços judaicos como o Clube Hebraica. Neste artigo, o foco será nos materiais que foram traduzidos para a língua portuguesa. Todos os folhetos analisados neste artigo estão disponíveis na aba “Booklets” do site da StandWithUs.

A narrativa islamofóbica e orientalista que foi apresentada neste artigo é muito evidente no material educativo da StandWithUs. Israel é pintado como um país civilizado e acolhedor e é sempre colocado como vítima, enquanto povo palestino é colocado como violento e como a origem de todos os problemas.

© STANDWITHUS BRASIL, 2022.



**As políticas israelenses são motivadas por uma necessidade de proteger a vida de seus cidadãos em um ambiente de constante violência.**

**Figura 1:** Folheto: Apartheid na África do Sul vs. democracia em Israel.  
Fonte: StandWithUs Brasil (2022a)

Em um folheto sobre a Cisjordânia (StandWithUs, 2019: 2), os palestinos são culpados pela instalação dos checkpoints que impedem sua mobilidade e onde são humilhados e violentados diariamente. Em outro, que visa responder “perguntas difíceis” sobre Israel (StandWithUs, 2023b: 25), diz-se que a “barreira de segurança”, mais conhecida como muro do *apartheid*, foi feita para separar “grupos de terroristas racistas de suas vítimas”, e que “Israel ergueu sua barreira para proteger os israelenses de todas as origens da violência”. A narrativa colocada é de que a violência nunca parte de Israel, cujas ações seriam reações adequadas ao perigo que seu povo está sofrendo, e que os palestinos se recusam a viver em harmonia.

Ao falar sobre a história da criação do Estado de Israel, o povo palestino é sempre colocado como único responsável pelo início de todo e qualquer confronto e violência. No folheto “Justiça e renascimento de um povo historicamente oprimido” (StandWithUs, 2022c), é possível encontrar diversos trechos em que a manipulação da narrativa é clara. Na página 12, e em seguida nas páginas 15 e 16, lê-se:

Em 1920, o ressentimento nacionalista árabe para com os esforços dos judeus em *reconstruir seu lar nacional* levou a revoltas *antijudaicas* violentas por toda a Palestina, causando diversas mortes. *Essa violência iniciou o conflito árabe-israelense* e foi instigada primariamente por Haj Amin al-Husseini, um dos líderes do clã al-Husseini. Pouco depois, o governo britânico o apontaria como mufti de Jerusalém, tornando-o a liderança, de fato, dos árabes palestinos. (...)

[Após a rejeição das lideranças árabes da partilha da Palestina] Ataques a *civis judeus* por *árabes radicais* começaram imediatamente. A Liga Árabe se reuniu e decidiu por *rejeitar a paz* e seguir uma solução militarista, dando início a uma guerra civil sangrenta. Forças árabes “voluntárias” vindas da Síria, Iraque, Líbia e Egito entraram na Palestina para *combater os judeus*. Eles cercaram Jerusalém causando a morte por inanição de cerca de 100 mil judeus.

O trecho começa expondo a perspectiva de que a criação do Estado de Israel seria uma reconstrução do que havia na região antes da expulsão dos judeus com a destruição do templo no ano 70. Esta narrativa desconsidera a ocupação do território por outras populações durante quase dois milênios e justifica a limpeza étnica, já que, se esta terra é do “povo judeu” por direito, para a construção do “Estado judeu” quaisquer outras pessoas podem e devem ser eliminadas.

Os ataques por parte da resistência palestina são sempre colocados como “contra judeus” e não “contra sionistas”, de tal forma que parece que o problema não era a colonização do território, mas uma questão étnica e religiosa. As forças árabes vieram “combater os judeus”, e não lutar contra o projeto de estado. A escolha da oposição “árabes x judeus” e não “palestinos x sionistas” é uma escolha política, que fundamenta a violência em uma questão de identidade, apelando a uma conexão emocional, e ignora que a luta pela

libertação da Palestina não visa eliminar o povo judeu, mas sim combater a proposta de sociedade do sionismo.

Os judeus são colocados como “civis”, *versus* os árabes que são colocados como “radicais”. A narrativa islamofóbica vilaniza as pessoas palestinas de tal forma que é impossível encontrar humanidade em suas ações. São pessoas que “rejeitam a paz”. Pessoas cuja índole é violenta e cujo único objetivo é combater “os judeus” e são, desta forma, culpadas pela tragédia do seu próprio povo. Enquanto israelenses são considerados “civis”, palestinos são excluídos desta categoria (Esmeir, 2023). Eles não se enquadram enquanto civis pois, “Aos olhos do Ocidente civilizado e liberal, os civis precisam ser pacificados, passivos e sem culpa, e devem rejeitar a rebelião” (Esmeir, 2023).

Esta categorização tem implicações nas ações coloniais do Estado de Israel. Esmeir aponta que “Quanto mais violência colonial-militar houver na Cisjordânia e em Gaza, maior normalidade civil haverá em Israel, e mais a noção de normalidade civil poderá ser usada como uma arma para justificar mais violência na Cisjordânia e na Faixa de Gaza” (Esmeir, 2023).

No material sobre “perguntas difíceis” (StandWithUs, 2023b: 10), é citado o historiador israelense Benny Morris, que diz que “a responsabilidade [sobre os refugiados] é dividida entre [Israel], os palestinos e os países árabes - com uma enorme responsabilidade cabendo aos palestinos que iniciaram o conflito”. É constantemente reafirmada a suposta culpa do povo palestino e a isenção do Estado sionista de qualquer responsabilidade histórica. Esta narrativa impacta a forma com que se lida com a questão palestina atualmente ao colocar qualquer ofensiva israelense como auto defesa. Quando se fala sobre o massacre em Gaza sob a ótica sionista, os bombardeios aos mais de dois milhões de palestinos vivendo na Faixa de Gaza são uma resposta aos ataques do Hamas em 7 de outubro, e não uma consequência da *Nakba* e da ocupação dos territórios palestinos há mais de 75 anos. A construção da narrativa que nega os crimes de ataque israelenses os reenquadrando como auto defesa não passa de uma manipulação discursiva baseada em “provas” e argumentos insuficientes.

Mais para a frente (StandWithUs, 2023b: 19), Morris aponta que “Israel está na Cisjordânia, após ter sofrido ataque da Jordânia em 1967, quando os líderes palestinos se recusaram a fazer a paz; desde então, os terroristas daquela área continuam a colocar em perigo os civis israelenses e Israel, sem a garantia de que a Autoridade Palestina possa manter a lei e a ordem no local”. Sobre as negociações, é dito que “poderão ser resolvidas quando os líderes palestinos retornarem à mesa de negociações com boa vontade”. Os partidos políticos palestinos são todos colocados como terroristas (especialmente no folheto intitulado “Introdução à história de Israel” (StandWithUs, 2018a), independentemente de sua orientação política e envolvimento com incidentes violentos, vistos como “ataques gratuitos” pelos “bárbaros”.

Em suma, resume-se a ideia de que Israel propõe paz, os palestinos propõem violência. É assim que o cenário é retratado nestes folhetos. Em “Introdução à História de Israel” (StandWithUs, 2018a: 15), lê-se: “Em 1948, 160 mil árabes que viviam dentro das fronteiras israelenses aceitaram o convite para escolher a paz e viver como cidadãos israelenses.” É um dos muitos trechos desonestos que reforçam esta narrativa. Israel é

pintado como um Estado pacífico e civilizado onde todos que escolham se submeter a ele gozam plenamente de seus direitos, ignorando as diversas leis discriminatórias do país (Santos, 2015).

A narrativa sionista apaga a história e a reescreve de forma que sirva aos seus propósitos. Na *Nakba*, a eliminação forçada de cerca de 80% dos palestinos deixou enormes propriedades e casas vazias, que foram saqueadas, esvaziadas ou bombardeadas, e a terra foi ocupada pelo exército/colonos sionistas e israelenses (Abdo, 2022: 970). O sionismo, que chama a *Nakba* de “Guerra da Independência”, se apoia na narrativa orientalista de forma a não se responsabilizar pelos inúmeros massacres cometidos na construção do seu Estado e por toda a violência da ocupação colonial desde então.

Uma oposição clara nos folhetos da StandWithUs é de “terrorismo x auto defesa”, em que os atos do povo palestino estão sempre enquadrados no primeiro e os israelenses no segundo. Em “Introdução à história de Israel” (StandWithUs, 2018a: 12), há uma lista de eventos históricos violentos representados por um esquema de cores enviesado, na qual as “guerras” estão em preto e os “incidentes terroristas” estão em vermelho. A *Nakba* inclusive é retratada como “Guerra de Independência”. Não é uma grande surpresa que tudo que foi iniciado por israelenses está em preto e tudo que foi iniciado por palestinos está em vermelho. Além de que todas as mortes perpetradas pelo Estado genocida de Israel são deixadas de lado, apresentando uma visão suavizada da brutalidade israelense.

Mais para frente no mesmo folheto (StandWithUs, 2018a: 32), aponta-se que

A longa história do terrorismo contra Israel forçou o país a desenvolver estratégias antiterroristas inovadoras. Israel é hoje respeitado mundialmente por sua expertise na área e suas políticas se tornaram um modelo para outras democracias, que também estão comprometidas com a defesa de valores humanitários, mesmo quando enfrentam terroristas que operam entre civis. Ao reagir às guerras e ao terrorismo, desde 2000, Israel tem buscado formas de defender seus cidadãos e, ao mesmo tempo, proteger a vida de palestinos e libaneses inocentes que também são vitimados por aqueles que querem destruir Israel (StandWithUs, 2018a: 32).

Israel assegura a sua imagem de “única democracia no Médio Oriente”, camuflando, ao mesmo tempo, os seus interesses e papel colonial e imperialista, a nível regional e internacional (Abdo, 2022: 968).

O Estado de Israel é sempre colocado, na narrativa sionista, como civilizado, não raro descrito como “a única democracia do Oriente Médio”, seja pela suposta liberdade religiosa ou pelo *pinkwashing*, a exploração dos direitos LGBTQIAPN+ no país como oposição a um “Oriente atrasado e intolerante”. Com o *pinkwashing*, se instrumentaliza a luta LGBTQIAPN+ para reforçar a narrativa sionista de que Israel é “civilizado” em meio aos “bárbaros”, e se ignora a conexão entre sistemas de opressão. O próprio material da StandWithUs (StandWithUs, 2022b: 2) descreve Israel como “um paraíso para pessoas LGBTQIA+”.

No topo da página 33 do folheto intitulado “Introdução à história de Israel” (StandWithUs, 2018a), lê-se a seguinte frase: “Israel está sob ataque incessante desde sua fundação em 1948 e aprendeu a preservar seus valores humanitários enquanto protege seus cidadãos.” Contudo, é difícil encontrar “valores humanitários” nas ações de Israel, que mostram outra realidade.

Um Estado que constrói um muro de 760km<sup>7</sup> que impede que a população palestina tenha acesso livre ao seu território; que incentiva a criação de assentamentos ilegais na Cisjordânia, contrariando a lei internacional e roubando cada vez mais terra; que tem leis discriminatórias contra uma parcela de sua população; que corta oliveiras (Hedroug, 2024) e impede o acesso à água (Amnesty International, 2022); que detém crianças em prisões militares sem direito a julgamento (DCI Palestine, 2024) não é um país que defende valores humanitários. Um Estado que se utiliza de reações violentas daqueles que oprime como justificativa para aniquilá-los, seja no massacre em Gaza em curso desde 7 de outubro de 2023, nas Intifadas<sup>8</sup> ou na própria *Nakba*, não tem valores humanitários.

Há muitas passagens, principalmente em folhetos citando o Hamas, que afirmam a relação “islamismo-terrorismo”. Repete-se muitas vezes que o movimento palestino quer a “destruição dos judeus.” São trazidos trechos de declarações e documentos que coletivizam a responsabilidade pela violência para o Islam e para o povo árabe em geral.

A limpeza étnica é justificada na criação do Estado de Israel pela noção de que a Palestina era uma terra vazia, esparsamente povoada e estéril. Segundo o folheto sobre a história do país (StandWithUs, 2018a: 8), “os judeus queriam recuperar o solo que um dia foi famoso por sua fertilidade e construir cidades e comunidades onde não havia nenhuma”. Descrição que contraria relatos como o do historiador israelense Ilan Pappé (2017: p. 37) de que “ao longo dos séculos, a Palestina, longe de ser um deserto, era uma próspera sociedade árabe - de maioria muçulmana, predominantemente rural, mas com centros urbanos fervilhantes.”

No folheto “Justiça e renascimento de um povo historicamente oprimido” (StandWithUs, 2022c: 7), sob o título “Quem mais vivia na terra?”, lê-se:

No século XIX, a Palestina era uma remanescente do Império Otomano e foi dividida em três zonas administrativas. A região era majoritariamente infértil para agricultura e muitas partes do território eram praticamente inabitáveis. Pobreza e doenças eram comuns e a atividade econômica era mínima. O autor Mark Twain viajou pela região, em 1867, e relatou ter encontrado um lugar “desolado... cujo solo é rico o bastante, mas está abandonado às ervas daninhas... Uma terra triste e silenciosa... Desolada... Não vimos uma pessoa em toda a rota. Raramente víamos uma árvore ou arbusto pelo caminho.” (...) Durante esse período, a Palestina era o lar para cerca de 300 mil pessoas, de

<sup>7</sup> O chamado “muro do apartheid” é um muro construído em torno e por dentro dos territórios ocupados na Cisjordânia, de forma a controlar o direito de movimentação da população palestina.

<sup>8</sup> As Intifadas foram levantes palestinos contra a ocupação israelense e pela autodeterminação palestina. A Primeira Intifada ocorreu entre 1987 e 1993, enquanto a Segunda Intifada foi de 2000 a 2005.

diversos grupos étnicos, incluindo árabes, judeus, circassianos, drusos, curdos e europeus. A maioria era muçulmana, os falantes de árabe incluíam pessoas que viviam na terra há gerações, bem como imigrantes da Argélia, Egito, Síria e Líbia, além dos beduínos nômades.

O trecho acima traz uma grande contradição. Em sua primeira parte, entende-se que a Palestina era uma terra desabitada e impróspera. Já depois do relato de Mark Twain, o folheto traz a caracterização dos povos que lá habitavam. Como pode uma região com mais de 300 mil pessoas que viviam lá há gerações ser considerada desabitada? A mensagem é que esses povos que ocupavam a região, de “maioria muçulmana e falantes de árabe”, eram “bárbaros” e não poderiam ser considerados civilização. Suas características são todas negativas: “pobres”, “cheios de doenças”, “sem atividades econômicas”, “sem produção agrícola”, “tristes”. O mito da “terra sem povo”, a ideia de que a Palestina era inabitada antes da colonização sionista, transforma um processo colonizatório em um mero retorno de um povo a sua terra - de outro modo, vazia - e ignora as vidas que foram ceifadas e deslocadas no caminho.

No Folheto “Compreendendo a *Nakba*” (StandWithUs, 2023a: 27), lê-se:

O cerne do conflito é que os líderes palestinos nunca aceitaram verdadeiramente a ideia de dois Estados para dois povos. Para que o conflito termine, eles devem parar de promover violência e propaganda, incluindo a ilusão de que milhões de descendentes palestinos dos refugiados originais de 1948 um dia “retornarão” a Israel<sup>9</sup>. Já passou da hora de os líderes palestinos fazerem as concessões necessárias para a paz e comecem a construir um futuro melhor para seu povo.

Este trecho traz várias questões problemáticas. A primeira é em relação à recusa dos líderes palestinos em aceitar a “solução” de dois Estados, proposta de “paz” baseada na premissa de que “palestinos” e “judeus” só terão seu direito à autodeterminação garantido caso estejam territorialmente separados um do outro e dentro de seus respectivos Estados étnicos. A forma com que o trecho está escrito implica que esta é a única resposta possível é o único caminho para a paz, e rejeita todas as outras propostas de futuro, sequer mencionando a ocupação e o colonialismo.

Um segundo ponto é a acusação de que os líderes palestinos promovem “violência e propaganda”. Em relação à violência, essa caracterização generalizada tem suas raízes na islamofobia e no orientalismo discutidos neste artigo. Se há recusa em falar de violência colonial, de restrição de mobilidade, de violações de direitos (tudo na caixa da “auto

---

<sup>9</sup> O direito ao retorno é o princípio que sustenta o direito dos refugiados palestinos e de seus descendentes a retornarem às terras das quais foram deslocados ou expulsos durante a *Nakba*. Este direito é central nas negociações de paz e é uma questão fundamental para os palestinos. A Resolução 194 da Organização das Nações Unidas diz que: “Os refugiados que desejarem retornar a seus lares e viver em paz com seus vizinhos devem ter permissão de fazê-lo na data mais próxima praticável”, e dispõe que eles sejam compensados se escolherem não retornar.”

defesa”), então ela seria "gratuita".

É pertinente afirmar que a acusação de “propaganda” ignora o fato de que toda a discursividade da StandWithUs é propaganda. O dicionário Michaelis a define como “Propagação de doutrinas, ideias, argumentos, informações etc., baseados em dados verdadeiros ou falsos, com o objetivo de persuadir ou influenciar o público em geral ou um grupo de pessoas.” (Michaelis On-Line) Neste sentido, a própria StandWithUs é uma organização baseada em propaganda, no caso dela, sionista. O que é importante discernir é a falta de veracidade do que é compartilhado. No caso da StandWithUs, como elaborado neste artigo, é possível perceber uma manipulação e um enviesamento, muitas vezes completamente ficcional, das informações divulgadas em seus materiais.

Além disso, um terceiro ponto crucial do trecho do Folheto “Compreendendo a *Nakba*” (StandWithUs, 2023a: 27) apresentado acima é o discurso contra o direito ao retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes, feito de forma debochada. O movimento sionista não reconhece a *Nakba* e se refere a tal evento como “Independência de Israel”. Desta perspectiva, judeus na diáspora teriam direito de retornar à sua “terra prometida”, enquanto pessoas palestinas cujas famílias viviam há gerações em suas terras, cujas vilas foram destruídas ou ocupadas por colonos israelenses, cujas chaves ainda estão guardadas, não gozariam do mesmo direito (Esmeir, 2023).

A ideia de Estado de Israel apresentada no material da StandWithUs não comporta a coexistência com o povo palestino. Muito pelo contrário, se utiliza de manobras discursivas para vilanizá-lo e justificar que seja varrido de suas terras ou executado. As implicações deste discurso são claras: até o momento da escrita deste artigo, mais de 35 mil pessoas foram assassinadas no genocídio em curso na Faixa de Gaza (AJLabs, 2024).

## **Identidade judaica, sionismo e anti-sionismo**

A identidade judaica não existiu de forma constante ao longo da história. Ao longo da Idade Média até o final do século 18, o Judaísmo era colocado como um contraste ao Cristianismo e ao Islam, e a judaicidade não era conectada a uma identidade individual (Katz, 1977: 48). A “posição política e social do judeu ficava no espaço concedido a ele por esses dois rivais [o Cristianismo e o Islam] - um espaço que era por vezes suficientemente mínimo, por vezes mais generoso” (Katz, 1977: 48).

Neste contexto, a comunidade judaica sobreviveu enquanto religião e se constituiu culturalmente com suas liturgias, literaturas, músicas, leis e idiomas. Eram estes elementos da cultura tradicional que davam ao judeu pré-moderno a identificação com a sua comunidade (Katz, 1977: 48).

Este cenário muda com a emancipação política e social dos judeus nos séculos XVIII e XIX e com a secularização do Estado e da sociedade no Ocidente, de tal forma que

Ao definir o judaísmo como uma crença religiosa e apenas uma crença religiosa, se considerava que em todos os outros âmbitos, os judeus pertenciam à categoria geral de cidadãos. Na realidade, contudo, o judaísmo mesmo em sua versão pós-emancipatória continuou a representar uma cultura minoritária inteira, e os judeus como um

subgrupo conspícuo (Katz, 1977: 48, tradução nossa)

Judith Butler coloca o judaísmo como um “projeto anti-identitário”, dizendo que “ser judeu implica assumir uma relação ética com o não-judeu, e isto decorre da condição diaspórica do judaísmo, onde viver num mundo socialmente plural em condições de igualdade continua a ser um ideal ético e político.” (Butler, 2012: 117)

O Sionismo aparece como uma solução frente a estas questões identitárias, bem como às condições de vida dos judeus do Leste Europeu que emigraram para o Ocidente e ao crescimento do anti-semitismo (Katz, 1977: 48). É importante ressaltar, no entanto, que o judaísmo não leva necessariamente ao sionismo (Butler, 2012: 117). As identidades “judaica” e “sionista” são colocadas como inseparáveis porque categorizar críticas ao Estado de Israel como anti-semitismo é politicamente interessante.

Há judaísmo para além do sionismo:

A oposição judaica ao sionismo acompanhou as propostas fundadoras feitas por Herzl no Congresso Sionista Internacional em 1897, em Basileia, e nunca mais cessou desde então. Não é anti-semita nem, na verdade, auto-ódio criticar a violência estatal exemplificada pelo sionismo. Se assim fosse, então o judaísmo seria definido, em parte, pelo seu fracasso em gerar uma crítica à violência do Estado, e esse certamente não é o caso. (Butler, 2012: 116, tradução nossa)

Para Butler, “criticar aberta e publicamente tal violência é, de certa forma, uma exigência ética obrigatória dentro das estruturas judaicas, tanto religiosas como não-religiosas” (2012: 116). Para a autora, “embora seja necessário contestar o controle hegemônico que o sionismo exerce sobre o judaísmo, é necessário, igualmente, contestar a subjugação colonial que o sionismo implicou para o povo palestino” (Butler, 2012: 4).

## **Propaganda sionista e a comunidade judaica**

A propaganda sionista tem um impacto muito grande na identidade judaica. Dentro de espaços judaicos, o sionismo é naturalizado e visto como a única opção possível. O aprendizado em casa, na escola, nos movimentos juvenis e na comunidade constrói este imaginário coletivo de que os judeus são as vítimas e de que portanto toda violência perpetrada pelo Estado genocida de Israel seria justificada.

A linha que separa a religião judaica e o sionismo é intencionalmente apagada, de forma que qualquer crítica a Israel seria enquadrada como antissemitismo. No Yom Kippur, o dia do perdão, um dos feriados judaicos mais importantes, por exemplo, é comum em algumas sinagogas que se encerre o serviço religioso cantando *HaTikva*, o hino do Estado de Israel. São discursos e práticas que procuram colar o sionismo à identidade judaica e suas práticas religiosas.

Milhões de dólares são investidos para garantir essa conexão entre pessoas judias e “seu Estado”. Um exemplo é um programa chamado *Taglit* (em inglês, birthright - direito

de nascença), uma viagem 100% financiada para quaisquer jovens judeus do mundo entre 18 e 26 anos. A viagem mostra Israel como um lugar seguro para o povo judeu e esconde toda a violência da ocupação, e um de seus objetivos é incentivar estes jovens a fazerem a Aliá (migração de uma pessoa judia da diáspora para a Terra de Israel). Segundo seu *website* oficial (Taglit Birthright Israel)<sup>10</sup>, o Taglit “é financiado através de parceria entre o Governo de Israel, Federações Judaicas da América do Norte e filantropos das comunidades locais”. Segundo o jornal Times of Israel, o orçamento anual do programa até 2022 era de 150 milhões de dólares (Lapin, 2022).

Para pessoas que cresceram dentro da comunidade judaica, é muito difícil romper com a narrativa sionista. São duas rupturas pelas quais a pessoa tem que passar: primeiro, com a comunidade; segundo, consigo mesmo, já que a sua identidade individual foi construída a partir de premissas que não mais se sustentam. O processo de luto pela perda desta identidade é doloroso e difícil e muitas vezes passa por perder contato com amigos e familiares. Além disso, pessoas judias que se posicionam publicamente contra o sionismo são alvo de ataques da própria comunidade.

Materiais como os folhetos da StandWithUs, distribuídos estrategicamente, são cruciais para a construção da identidade judaico-sionista. A organização tem um poder de mobilização gigantesco. Segundo seus dados, em 2021, mais de 5 milhões de pessoas foram atingidas pelos posts em redes sociais e mais de 120 mil estudantes universitários foram alcançados pelos seus programas educacionais (Flipsnack). Em 2023, após os ataques de 7 de outubro, a organização chegou a colocar anúncios nos pontos de ônibus da cidade de São Paulo e em outras 6 capitais brasileiras (Dia, O), coordenada com ações globais, aumentando ainda mais a visibilidade do seu programa.

Como discutido neste artigo, o retrato do povo palestino como “terrorista”, “violento”, “bárbaro” e “contra a paz” implica a desumanização de vidas palestinas, bem como a construção de Israel como “justa”, “democrática”, “vítima”, sustentam ideologicamente a limpeza étnica e o projeto colonial do estado genocida de Israel. A conquista do território passa pelo controle total não só da vida mas também da morte dos palestinos, colocados como uma categoria inferior de cidadão e tratados jurídica e socialmente como tal. Daí a importância de um projeto de educação sistemático e intencional para a manutenção da ordem social.

A distribuição dos materiais educativos da StandWithUs em espaços religiosos e formativos ligados ao judaísmo não só fortalece a narrativa sionista, mas contribui para a falta de consciência da possibilidade de outras formas de encarar a questão da Palestina. A identidade da comunidade se constrói de tal forma que é muito difícil diferenciar o que é judaísmo e o que é sionismo. É importante questionar as narrativas postas, entender a quem elas servem e combater a desinformação. Sem desvincular o judaísmo do sionismo e pensar em outras formas de justiça que não passem exclusivamente por uma divisão territorial, muito dificilmente se alcançará a “paz”. A luta pela Palestina não é uma luta por fronteiras, mas pela libertação. E para libertar é preciso desconstruir a narrativa sionista do povo palestino como inimigo, violento e terrorista.

<sup>10</sup> Disponível em: [https://br.birthrightisrael.com/faq#question\\_1422](https://br.birthrightisrael.com/faq#question_1422). Último acesso em 21/06/2024 às 19h20.

## Conclusão

A educação e a propaganda sionista são essenciais para a manutenção do Estado de Israel. Neste sentido, a organização StandWithUs cumpre com o que promete. Seus folhetos trazem narrativas distorcidas e desonestas sobre a história do território e generalizações brutais sobre o povo palestino, que é pintado sempre dentro dos moldes de violência e terrorismo da islamofobia e do Orientalismo.

É preocupante que em muitos espaços essa seja a única narrativa que chega. Principalmente porque a sua consequência é o genocídio, a ocupação dos territórios, o bloqueio e a limpeza étnica e o impedimento do direito ao retorno de milhões de refugiados palestinos. São palavras que lavam as mãos sujas de sangue palestino do exército israelense. Combater esse discurso é combater o Estado racista e genocida de Israel.

## Referências

- Abdo, Nahla. 2022. "The Palestine Exception, Racialization and Invisibilization: From Israel (Palestine) to North America (Turtle Island)" *Critical Sociology* 49, no. 6, p. 967–89. <https://doi.org/10.1177/08969205221131315>.
- AJLabs. 2024. "Israel-Gaza War in Maps and Charts: Live Tracker." *Al Jazeera*. <https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>.
- Aked, Hilary. 2015. "The Undeniable Overlap: Right-wing Zionism and Islamophobia." Centre for Research on Migration, Refugees and Belonging Discussion Paper Series, University of East London. <https://uel.ac.uk/sites/default/files/hilary-aked-the-undeniable-overlap-right-wing-zionism-and-islamophobia.pdf>
- Amnesty International. 2017. "The Occupation of Water." Amnesty International. <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/11/the-occupation-of-water/>.
- Barbosa, Francirosy Campos, Felipe Freitas De Souza, and Francisco Cleverson Pereira Da Silva. 2023. "II Relatório De Islamofobia No Brasil - Pós 7/10/2023". [https://drive.google.com/file/d/1YxUS\\_ZtBNuWG23Hg9hNm0LacdVnJZUfb/view](https://drive.google.com/file/d/1YxUS_ZtBNuWG23Hg9hNm0LacdVnJZUfb/view)
- BDS Movement. "BDS Movement," n.d. <https://bdsmovement.net/>.
- Butler, Judith. 2012. *Parting Ways: Jewishness and the Critique of Zionism*. Columbia University Press.
- Cruz, Natalia. 2020. "Islamofobia E Elementos Fascistas No Discurso De Olavo De Carvalho E Do Movimento Mídia Sem Máscaras (MSM)". *Revista De Ciências Sociais* 51 (2):337-89. <https://doi.org/10.36517/rcs.2020.2.a04>.
- DCI Palestine. 2024. "Israeli forces detain record number of Palestinian children without charge". Defense for Children International - Palestine. Ramallah. [https://www.dci-palestine.org/israeli\\_forces\\_detain\\_record\\_number\\_of\\_palestinian\\_children\\_without\\_charge](https://www.dci-palestine.org/israeli_forces_detain_record_number_of_palestinian_children_without_charge)
- O Dia. 2023. "StandWithUs Brasil Promove Campanha Para Alertar Sobre Reféns Que Foram Sequestrados Pelo Hamas." O Dia Brasil. <https://odia.ig.com.br/brasil/2023/10/6730607-standwithus-brasil-promove-campanh>

- a-para-alertar-sobre-refens-que-foram-sequestrados-pelo-hamas.html.
- Esmeir, Samera. 2023 “Dizer E Pensar Uma Vida Além Do Que O Colonialismo De Assentamento Fez.” Editora Tabla. <https://blog.editoratabla.com.br/dizer-e-pensar-uma-vida-alem-do-que-o-colonialismo-de-assentamento-fez/>.
- Flipsnack. nd. “StandWithUs - Impact Report 2022.” Flipsnack StandWithUs. <https://www.flipsnack.com/59DEA577C6F/standwithus-impact-report-2022.html>
- Gottschalk, Peter, and Gabriel Greenberg. 2017. “Images of the Enemy: from Caricature to Stereotype”. In: Kalin, Ibrahim e John Esposito. *Islamophobia and the Challenges of Pluralism in the 21st Century*.
- Hedroug, Layla. 2024. “Israel’s Campaign Against Palestinian Olive Trees - the Yale Review of International Studies.” *The Yale Review of International Studies*. <https://yris.yira.org/column/israels-campaign-against-on-palestinian-olive-trees/>.
- Katz, Jacob. 1977. "Zionism and Jewish Identity." *Commentary* (New York) 5.
- Lapin, Andrew. 2022. "Birthright to Cut Up to a Third of Its Free Trips to Israel for Young Jews" *The Times of Israel*. <https://www.timesofisrael.com/birthright-to-cut-up-to-a-third-of-its-free-trips-to-israel-for-young-jews/>
- Macedo, Isabella, and Francirosy Campos Barbosa. 2021. “Islamofobia De Gênero E Reflexos Na Saúde Mental De Mulheres Muçulmanas.” *Revista USP* 129, p. 153–61. <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/193323/178168>
- Massoumi, Narzanin, Tom Mills, and David Miller. 2017. *What Is Islamophobia? Racism, Social Movements and the State*. 1st ed. London, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland: Pluto Press.
- McGeoch, Graham. 2019. “Islã No Brasil: Reflexões Sobre Educação E Sociedade.” *Caminhos De Diálogo*, 7, no. 10: 21. <https://doi.org/10.7213/cd.a7n10p21-35>.
- Michaelis On-Line. “Propaganda | Michaelis On-Line,” n.d. [michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/propaganda/](http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/propaganda/).
- Pappe, Ilan. *Dez Mitos Sobre Israel*. Tabla, 2017.
- RAMOS, Guilherme Antunes. 2015. *Reflexões sobre a Islamofobia nos Estados Unidos após onze de setembro de 2001: a construção discursiva da ameaça islâmica e o processo decisório em política externa*. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Said, Edward W. 2007. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*.
- Santos, Júlia Caligiorne. 2015. “As Leis discriminatórias De Israel à Luz Do Direito Internacional”. *Malala, Revista Internacional de Estudos sobre O Oriente Médio e Mundo Muçulmano* 3 (4): 63-74. [doi.org/10.11606/issn.2446-5240.malala.2015.101771](https://doi.org/10.11606/issn.2446-5240.malala.2015.101771).
- StandWithUs. “About | StandWithUs,” n.d. <https://www.standwithus.com/about>
- StandWithUs Donors. “Dr. Shmuel & Evelyn Katz | StandWithUs Donors,” n.d. <https://www.swuedcenterdonors.org/katz>
- StandWithUs. 2018a “Introdução à história de Israel”. [https://46fc49e4-0bd9-4e5a-bf63-78204b4a07c9.usrfiles.com/ugd/46fc49\\_71bb659914c74dc5bea59ac80f353ce7.pdf](https://46fc49e4-0bd9-4e5a-bf63-78204b4a07c9.usrfiles.com/ugd/46fc49_71bb659914c74dc5bea59ac80f353ce7.pdf)

- StandWithUs. 2018b. “Linha do tempo de Israel”. [https://46fc49e4-0bd9-4e5a-bf63-78204b4a07c9.usrfiles.com/ugd/46fc49\\_e32d94aa8c724ad4b32b0034e51a14ce.pdf](https://46fc49e4-0bd9-4e5a-bf63-78204b4a07c9.usrfiles.com/ugd/46fc49_e32d94aa8c724ad4b32b0034e51a14ce.pdf)
- StandWithUs. 2019. Cisjordânia (Judeia e Samária). [https://www.standwithus.com/\\_files/ugd/46fc49\\_b46793ee157942e8bc237364b54afb0a.pdf](https://www.standwithus.com/_files/ugd/46fc49_b46793ee157942e8bc237364b54afb0a.pdf)
- StandWithUs. 2021. “Israel e seu povo”. [https://www.standwithus.com/\\_files/ugd/46fc49\\_281f86176c274d7c937745731ea02167.pdf?index=true](https://www.standwithus.com/_files/ugd/46fc49_281f86176c274d7c937745731ea02167.pdf?index=true)
- StandWithUs. 2022a. “Apartheid na África do Sul Vs Democracia em Israel”. [https://www.standwithus.com/\\_files/ugd/46fc49\\_3c036f5918104fabad00ab2ef2d0b21a.pdf](https://www.standwithus.com/_files/ugd/46fc49_3c036f5918104fabad00ab2ef2d0b21a.pdf).
- StandWithUs. 2022b. “Direitos LGBTQIA+ em Israel e no Oriente Médio”. [https://www.standwithus.com/\\_files/ugd/46fc49\\_53e508966e064daf97ab28747ecfd875.pdf?index=true](https://www.standwithus.com/_files/ugd/46fc49_53e508966e064daf97ab28747ecfd875.pdf?index=true)
- StandWithUs. 2022c. “Justica e o renascimento de um povo historicamente oprimido”. [standwithus.com/\\_files/ugd/46fc49\\_8e76dfe4bcf24c249de81ec3e0a9c0dd.pdf](https://www.standwithus.com/_files/ugd/46fc49_8e76dfe4bcf24c249de81ec3e0a9c0dd.pdf)
- StandWithUs. 2023 a. Compreendendo a *Nakba*. [standwithus.com/\\_files/ugd/46fc49\\_e9d873acced640ad94a8cf7dc65858b8.pdf?index=true](https://www.standwithus.com/_files/ugd/46fc49_e9d873acced640ad94a8cf7dc65858b8.pdf?index=true)
- StandWithUs. 2023 b. “Respostas a perguntas difíceis sobre Israel”. [standwithus.com/\\_files/ugd/46fc49\\_924f588180124fcfbf2c53bf135f863f.pdf?index=true](https://www.standwithus.com/_files/ugd/46fc49_924f588180124fcfbf2c53bf135f863f.pdf?index=true)
- Taglit Birthright Israel. n.d. FAQ. [https://br.birthrightisrael.com/faq#question\\_1422](https://br.birthrightisrael.com/faq#question_1422).
- Vilchis, Nofret Berenice Hernández. 2023. “Fighting Islamophobia Through Preservation of Memory. A Case Study: Palestinian Journalism.” *Islamophobia Studies Journal* 8, no. 1. <https://doi.org/10.13169/islastudj.8.1.0010>.

## sobre a autora

### Flavia Odenheimer

Educadora do ensino básico e mestranda na Faculdade de Educação da USP. É membra e coordenadora do ProMigra, grupo de extensão ligado à Faculdade de Direito da USP que lida com a questão migratória. É judia e luta pela causa palestina junto ao coletivo Vozes Judaicas por Libertação.

**Autoria:** A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

**Financiamento:** Não houve financiamento.

Recebido em 22/03/2024

Aprovado para publicação em: 13/05/2024